



**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FERNÃO DE MAGALHÃES
CHAVES**

CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO

PARA OS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO

ANO LETIVO 2019/2020

ENQUADRAMENTO

De acordo com o estipulado no Decreto-Lei 55/2018, regulamentado pelas Portarias n.º 223-A/2018, de 3 de agosto e n.º 226-A/2018, de 7 de agosto, que estabelecem as matrizes curriculares dos ensinos básico e secundário, com as orientações do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade obrigatória e com as Aprendizagens Essenciais definem-se os seguintes critérios gerais de avaliação a aplicar no Agrupamento. Esta legislação tem aplicação, no presente ano letivo, nos seguintes anos de escolaridade: 1º, 2º, 5º, 6º, 7º, 8º, 10º e 11º anos. Para os restantes anos de escolaridade, mantêm-se em vigor os normativos anteriores.

Os alunos com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão nos termos do Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho, os critérios gerais de avaliação são adaptados de acordo com a especificidade de cada aluno.

Os critérios gerais de avaliação a seguir apresentados foram definidos, de forma partilhada entre os vários departamentos curriculares, e aprovados pelo Conselho Pedagógico, sendo referenciais para todas as áreas disciplinares, sem prejuízo do estabelecido nos critérios específicos de cada disciplina/área disciplinar.

CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO

1. OBJETO DA AVALIAÇÃO

A avaliação incide sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos, tendo por base as Aprendizagens Essenciais (AE), que constituem orientação curricular, com especial ênfase nas áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória de acordo com os normativos em vigor.

Tendo por objetivo a melhoria do ensino, através da realização de aprendizagens significativas, esta assume um carácter essencialmente formativo, contínuo e sistemático, constituindo um processo regulador do ensino, orientador dos percursos escolares e certificadores dos conhecimentos adquiridos e capacidades desenvolvidas pelos alunos.

Os critérios gerais de avaliação organizam-se nos seguintes domínios:

- Aprendizagens/Capacidades;
- Atitudes e valores.

1.1. Aprendizagens/capacidades

- Desenvolvimento, aquisição e domínio de conhecimentos e capacidades na abordagem de situações relacionadas com as diversas áreas de competências e as aprendizagens essenciais das diferentes áreas do saber.
- Valorização dos conhecimentos/capacidades adquiridas.
- Desenvolver processos de comunicação ativos utilizando os códigos próprios das diferentes áreas de competências.
- Aprendizagens de carácter transversal e de natureza instrumental, nomeadamente:
 - a) na utilização da Língua Portuguesa com clareza e correção nos diversos modos de comunicação (falar, ouvir, ler, escrever);

- b) na utilização das TIC (tecnologias de informação e comunicação) com eficácia e adequação;
- c) Raciocínio e resolução de problemas, pensamento crítico e criativo (saber científico, técnico e tecnológico).

1.2. Atitudes e valores

Nas atitudes, os alunos são avaliados com base: no relacionamento interpessoal (participação, responsabilidade, cooperação, partilha, colaboração, tolerância e empatia, tanto no aspeto individual, como coletivo), assim como, o desenvolvimento pessoal, a autonomia e a adoção de comportamentos responsáveis que promovam a sensibilidade (estética e artística), a saúde (consciência e domínio do corpo), o bem-estar e a cidadania ativa. A seguir apresenta-se o quadro com a especificação desses parâmetros.

Atitudes e valores	Responsabilidade	Trabalho face à Área disciplinar
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Intervém na aula de forma disciplinada e oportuna ▪ Está atento e concentrado ▪ Respeita o outro ▪ É recetivo à crítica ▪ Revela espírito de cooperação, partilha e colaboração ▪ Adota postura correta em todos os espaços escolares ▪ Usa linguagem apropriada em contexto escolar 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cumpre as regras estabelecidas ▪ Cumpre tarefas e prazos ▪ Traz para a aula o material necessário ▪ É organizado ▪ Revela hábitos de estudo ▪ Tem uma atitude proativa/construtiva ▪ Interage com tolerância e empatia 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mostra empenho/interesse ▪ Participa na realização de trabalhos individuais, pares ou grupo ▪ Revela espírito de iniciativa e criatividade ▪ Revela autonomia ▪ Demonstra capacidade de cooperação ▪ Participa nas atividades do PAA

2. MODALIDADES E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação das aprendizagens compreende as modalidades de avaliação formativa e sumativa, conforme quadro legal existente.

2.1. Momentos formais de avaliação

- a) Um momento formal de avaliação (pelo menos), por período, obrigatório para todos os alunos, salvaguardando as disciplinas cujos programas estabeleçam outras diretrizes.
- b) Na Educação pré-escolar a avaliação assume uma dimensão marcadamente formativa, sendo avaliadas as competências definidas pelas metas de aprendizagem e orientações curriculares. Neste nível de ensino a avaliação é feita por idades, através das designações – adquirido (A) em aquisição (EA) e não observado (NO).

- c) Os elementos de avaliação de cada componente do currículo e o respetivo resultado serão dados a conhecer antes da realização dos elementos seguintes, e sempre antes do final do período.
- d) Os alunos com medidas adicionais ao abrigo do Decreto-Lei nº 54 de 2018 de 6 de julho, serão avaliados de acordo com o previsto nos relatórios técnico-pedagógicos (RTP) e no programa educativo individual (PEI).

2.2. Classificação

- a) No 1º ciclo a avaliação sumativa interna dos alunos materializa-se na atribuição de uma menção qualitativa de Muito Bom, Bom, Suficiente e Insuficiente em cada disciplina, devendo ser acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução das aprendizagens do aluno com a inclusão de áreas a melhorar ou a consolidar, sempre que aplicável, a inscrever na ficha de registo de avaliação.

No 1º ano de escolaridade, a informação resultante da avaliação sumativa no 1º e 2º período pode expressar-se apenas de forma descritiva.

- b) No 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário a classificação dos momentos formais de avaliação é quantitativa.
- c) Os demais elementos de avaliação serão objeto de informação quantitativa/qualitativa e/ou descritiva.
- d) Quando a classificação for quantitativa e ou qualitativa deverá ser uniformizada aplicando a seguinte escala:

CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO		
	ENSINO BÁSICO		ENSINO SECUNDÁRIO
	2º e 3º ciclos		
	%	Nível	Valores
INSUFICIENTE	0 – 19	1	0 - 9
	20 - 49	2	
SUFICIENTE	50 – 69	3	10 - 13
BOM	70 – 89	4	14 - 17
MUITO BOM	90 – 100	5	18 - 20

- e) No caso de falta legalmente justificada a um instrumento de avaliação, o professor deverá garantir que o aluno seja avaliado.

2.3. A Avaliação Sumativa Interna

a) A avaliação sumativa interna terá em conta todos os instrumentos de avaliação utilizados, de acordo com a importância atribuída a cada um, ponderados de acordo o seguinte quadro:

Anos	Domínio cognitivo (Aprendizagens e competências)	Domínio atitudinal (atitudes e valores)
1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos	70% a 80%	20% a 30%
5.º	70% a 80%	20% a 30%
6.º	70% a 80%	20% a 30%
7.º	70% a 80%	20% a 30%
8.º	70% a 80%	20% a 30%
9.º	70% a 80%	20% a 30%
10.º, 11.º e 12.º anos	80% a 90%	10% a 20%
EMRC / Cidadania	30%	70%
Cursos Profissionais	50% a 70%	30% a 50%

b) Para o cálculo da classificação final de período e de ano, no que respeita aos domínios das **Aprendizagens e competências, atitudes e valores** considera-se a média ponderada de todos os elementos de avaliação desde o início do ano (a avaliação sumativa consubstancia um juízo global sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos), consoante os pesos definidos nos critérios específicos de cada disciplina.

c) Em cada período letivo, o docente recolhe informação que permita avaliar o aluno em cada um dos domínios relativos às Aprendizagens Essenciais e de acordo com as áreas de competência do Perfil dos Alunos.

d) A informação deve ser recolhida através de instrumentos e procedimentos diversificados e adequados à especificidade do que se pretende avaliar, de acordo com as turmas/alunos.

e) Os alunos abrangidos pela alínea b) do ponto 4 do artº10º do DL 54/2018, de 6 de julho, serão avaliados de acordo com o definido no respetivo relatório técnico-pedagógico (RTP) e, quando aplicável, no programa educativo individual (PEI).

f) A avaliação final do 2º período resultará de uma ponderação equitativa da classificação do 1º período e da classificação obtida no 2º período. A avaliação do final do 3º período resultará de uma ponderação equitativa da classificação dos três períodos, tendo em conta a progressão realizada pelo aluno.

2.4 . São considerados instrumentos de avaliação, entre outros, os seguintes:

- Observação do desempenho em sala de aula;
- Participação do aluno em audições e outras atividades;
- Trabalhos, questionários, investigação, relatórios, projetos;
- Provas orais e escritas, teóricas e práticas.

- Os alunos com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão são avaliados de acordo com o previsto nos relatórios técnico-pedagógicos (RTP) e no programa educativo individual (PEI).

2.5. NORMAS DE ATUAÇÃO

Cada professor deve entregar obrigatoriamente aos diretores de turma os elementos informativos de forma objetiva e completa, relativamente aos alunos das turmas, pelo menos uma vez em cada período letivo e / ou, quando lhe for expressamente solicitado.

A avaliação deve contemplar o diagnóstico das dificuldades / lacunas detetadas, incidir essencialmente na avaliação formativa que deve ser contínua, sistemática, constituindo um processo regulador da dialética da aprendizagem, e por último a avaliação sumativa deve incidir sobre as diferentes formas de recolha de informação relativas às aprendizagens (através de fichas de avaliação, trabalhos, relatórios, trabalhos de pesquisa investigação, projetos realizados, ...), traduzindo-se na formulação de um juízo global sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos com vista a uma classificação.

Porém, sempre que haja lugar a testes, estes deverão seguir as seguintes normas:

- a) A marcação dos testes de avaliação será feita em reunião de conselho de turma;
- b) Os testes são marcados obrigatoriamente no dossiê da turma existente para o efeito, não podendo ser marcado mais do que um teste por dia e mais de três testes por semana; os testes das disciplinas da componente de formação específica (Ensino Secundário) devem ser marcados em semanas diferentes;
- c) A marcação dos testes deve ser feita período a período;
- d) Os alunos devem ser informados sobre a estrutura do teste a realizar. Nos enunciados, deve constar a cotação de cada questão;
- e) Deve respeitar-se o prazo máximo de duas semanas (dez dias úteis) para a entrega dos testes de avaliação, salvo situações de força maior que impeçam o cumprimento deste prazo;
- f) A correção e a entrega de qualquer teste de avaliação deve ser efetuada antes da realização do teste seguinte;
- g) Sempre que o solicitem, os alunos deverão ser esclarecidos, da cotação obtida em cada questão, aquando da entrega e correção do teste;
- h) O resultado da aplicação destes parâmetros dá ao professor um valor de referência, a partir do qual se pondera a proposta de classificação a atribuir, tendo em atenção toda a situação do aluno e a sua progressão ao longo do ano.
- i) No final de cada período letivo, na autoavaliação (obrigatória), os alunos devem ter conhecimento dos resultados de todos os elementos de avaliação, registando por escrito, em documento próprio a sua proposta;
- j) A avaliação sumativa, no final do ano letivo, traduz-se na formulação de um juízo global sobre as aprendizagens desenvolvidas pelo aluno ao longo do ano.

2.6. CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão objeto de resolução por parte do Diretor, ouvido, sempre que possível, o Conselho Pedagógico.

LEGISLAÇÃO

1. Legislação em vigor sobre a avaliação

Para os 1.º, 2.º, 5.º, 6.º, 7.º 8.º, 10.º e 11.º anos:

- Decreto-lei n.º 55/2018, de 6 de junho
- Decreto-lei n.º 54 /2018, de 6 de junho
- Portaria n.º 223-A/2018, 3 de agosto
- Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto
- Portaria n.º 235/2018, de 23 de agosto

Para os 3.º, 4.º, 9.º e 12.º anos:

- Decreto-lei nº 139/2012, de 5 de julho
- Decreto-lei n.º 91/2013, de 10 de julho
- Despacho normativo nº 1- F/2016, de abril
- Decreto-lei n.º176/2014 de 12 de dezembro
- Circular n.º 4 /DGIDC/DSDC/2011, 11 de abril
- Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto

(Documento aprovado em reunião do Conselho Pedagógico no dia 9 de outubro de 2019)